

ATA Nº 139

Aos 27 de novembro de 2021, na sede do Clube Desportivo de Paços de Arcos, sito na Travessa Forte de S. Pedro nº 2, em Paço de Arcos, reuniu em Assembleia Geral Extraordinária, a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Outros assuntos de interesse para a modalidade;

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente da Assembleia Geral, Dr. Luis Manuel Santos Valente e pelos Secretários Manuel Ferreira do Carmo e José António dos Santos Carvalho.

A Assembleia Geral funcionou em primeira convocatória à hora marcada, mas, devido ao facto de os elementos presentes não representarem a maioria dos votos exigidos estatutariamente, a mesma reuniu em segunda convocatória, pelas 10 horas com vinte Delegados distribuídos da seguinte forma:

Nove Delegados Representantes de Clubes

Alexandre Jorge Pereira Rodrigues

António José Pastagem Nunes

Carlos Jorge Correia Balteiro

Célio Alexandre Ribeiro Cajeira

Fernando Alberto Martins Coelho

Manuel Vicente Correia Ranhola

Messias José Branco Oliveira

Pedro Manuel Santos Vilelas

Joaquim Augusto Ferreira Ribeiro

Dois Delegados Representantes de Juizes

Ricardo Daniel Fernandes Costa

Rogério Paulo Pereira Marques

Cinco Delegados Representantes dos Praticantes

Alípio Monteiro Almeida

Francisco José Fralda Lopes

Maria Alice Godinho Sampaio Costa

Victor Manuel Medeiros Rosa

José Augusto Silva Oçiveira

Quatro Delegados Representantes das Associações

António Silva Barbosa

Carlos José Santos Lopes

António Domingos Combadão Ramalho

José Manuel Teixeira Santana

Para além do Presidente Carlos Batista, estiveram presentes na Assembleia Geral vários em representação da Direção da Federação.

Justificaram as respetivas faltas a esta Assembleia Geral sete Delegados:

Dois Delegado Representante de Clubes

João Carlos Carvalho Silva Simões

José Maria Oliveira Rodrigues Calado

Um Delegado Representante dos Praticantes

João Martinho Vieira Vizinha

Quatro Delegados Representantes das Associações

João Paulo Conceição Patrício

José Eduardo da Silva Afonso

Júlia Maria Rodrigues Ferreira

Representante da APDVC

Faltaram a esta Assembleia Geral e não Justificaram as respetivas faltas seis

Delegados:

Um Delegado Representante dos Clubes

Rui Emanuel Silva Oliveira

Dois Delegados Representantes dos Praticantes

Joaquim Manuel Fernandes Gomes

Pedro Renato Sabino Marques Prata

Três Delegados Representantes das Associações

Representante da ARCPD

Representante da ADIP

Representante da APTA

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral usou da palavra para informar que antes do início dos trabalhos, se iriam cantar os parabéns à Federação pelos seus 74 anos, assunto sobre o qual, o Presidente da Direção iria dizer umas palavras.

Pelo Presidente da Direção foi dito, que efetivamente a Federação fez este ano 74 anos de existência e que o ano de 2022 seria o ano das bodas de diamante, facto que seria

comemorado com a dignidade merecida, e cujo trabalho para essa comemoração estava já iniciado.

De seguida convidou os presentes a confraternizar, festejando o aniversário da Federação, cantando os parabéns, e comendo uma fatia bolo enquanto se bebia uma bebida que foram servidos no local.

De seguida o Presidente da Mesa deu reinício à Assembleia e começou por informar os Delegados de que o Secretário da Mesa José Carvalho, pediu para usar da palavra num assunto que não é deliberativo, mas tão só opinativo, e nesses termos concederia ao Senhor Serafim, se assim o entendesse, o mesmo direito de intervir nesta Assembleia.

Reafirmou, no entanto, a necessidade de o Senhor Serafim resolver a questão da representação, assunto que alargava a todos os Delegados que quando se quisessem fazer representar por alguém, deveriam avisar previamente a mesa enviando uma ata da direção de forma a tornar o ato que pode ser interpretado como unilateral, num ato formal, já que a decisão tomada em reunião e descrita em ata da Direção, normalmente é colegial.

De seguida deu a palavra ao secretário da mesa José Carvalho que disse que o assunto tinha de ser tratado ali e só ali, na Assembleia Geral e se relacionava só com organização de provas. Que como disse o Barbosa na anterior intervenção os “camelos” que andam lá fora a organizar provas, tem sido vítimas contínuas do que se faz mal dentro de portas e com o acumular das situações atingiu o limite da paciência. Referiu que como é do conhecimento geral é o responsável pela Direção da ARBPD e dentro do possível e por vezes até dentro do que não o é, tem colaborado afincadamente com a Federação e ultimamente tem tido grandes e graves problemas em organizações de provas porque na Associação das Beiras já são poucos e que queiram trabalhar ainda são menos. A um dado momento começou a perceber que os seus vice-presidentes se escusavam a organizar provas e quis saber o porquê da questão. Não sendo possível perceber de outra forma foi para o terreno e, o que verificou, é que no terreno ao tentar organizar as provas de acordo com os regulamentos não consegue porque na elaboração dos calendários e dos regulamentos específicos, se generalizam as pistas como se fossem todas iguais e não são. Essa falta de cuidado obriga a que depois no local, se tenha de recorrer a uma coisa que está agora em moda e que se chama a regra do bom senso. Sugeriu que se é para fazer provas cujos regulamentos se alteram á beira de água aplicando-se as regras do bom senso, então acabem-se com os regulamentos e faça-se um, com um único artigo, que diga faça-se a prova com o bom senso de cada um. Tomando como exemplo a organização das duas últimas provas do campeonato nacional da 1ª divisão de clubes organizada por

ele e pelo Balteiro, teve de recorrer às tais regras do bom senso porque foi preciso alterar o regulamentado, única forma de se organizar a prova, nomeadamente no que se refere ao posicionamento dos paniers, do acesso aos pesqueiros do capitão, dos elementos da pesagem e sobretudo aquilo que só dois elementos da organização não podem fazer em 800 metros de pista com cinco sectores de 14 pesqueiros cada. Informou o que toda a gente sabe. É impossível fazer-se uma organização condigna e controlar uma prova desta envergadura só com dois elementos. Esses dois elementos para além de ouvirem tudo o que há de pior acerca da Federação, dos seus Dirigentes e de quem os apoia, limitam-se a fazer um sorteio, a marcar pesqueiros e a orientar as pesagens.

Deu vários exemplos do que correu mal em várias organizações e concluí que essas anomalias só existem porque não há na FPPD o cuidado de pensar previamente nos problemas. Que não basta mandar organizar provas. Que é preciso ir ver no local como elas são organizadas. Que não basta mandar carros cheios de material para provas, quando depois se verifica que nada funciona ou ninguém sabe funcionar com o material. Por fim informou que para além da crítica, tinha também sugestões para apresentar na área da organização e, nesse sentido, sugeriu que a Federação, aproveitando o custo elevado pago pelas organizações, se criassem brigadas de organização por áreas e regiões, ou seja, que fosse criada uma brigada para a região norte outra para a região centro e outra para a região sul que se dedicasse exclusivamente à organização das provas. Essas brigadas seriam formadas pela federação e só elas seriam responsáveis por todas as organizações. Em alternativa que se faça um código de conduta para que ao menos haja um critério único nas organizações, para que não se tenha de alterar os regulamentos num local só porque noutra se fez de maneira diferente do que está regulamentado.

Por fim chamou a atenção dos dirigentes da Federação, das Associações e de todos os Delegados presentes para o facto de ao fecharem os olhos a tudo isto ou ao assobiar para o lado perante toda esta confusão, estarem a ser hipócritas e a acabar com a pesca desportiva.

De seguida foi dada a palavra ao Delegado Barbosa que complementou a intervenção anterior e que abordou a questão dos regulamentos de Masters e Veteranos. Falou de seguida na organização e custos da 3ª Divisão Regional da Água Doce.

De seguida foi dada a palavra ao Presidente da Direção que disse que compreende a intervenção do presidente da ARBPD no que respeita às organizações. Dá como exemplo outras queixas de outros elementos das diversas organizações que foram maltratados e insultados ao ponto de se recusarem a continuar a colaborar com a FPPD. No que se refere

ao Achigã Embarcado, antigamente a Federação pedia material emprestado à FLW e à Bass Nation. Que hoje tem o material todo, incluindo uma balança com diversas características próprias para a pesca embarcada. Que as falhas nessa prova foram originadas por situações muito pontuais, nomeadamente a falta há última hora de pessoal, a transição de presidentes e vereadores de camaras, etc. Que efetivamente agora temos tudo para funcionar bem, mas temos de saber lidar com o material. Reafirmou a necessidade de uma comissão nacional executiva composta por um grupo de pessoas que sabem como se faz um sorteio, que sabem como se marcam os pesqueiros, qual é a diferença entre a boia e o feeder, enfim, sabem tudo sobre pesca e são esses que iram dar credibilidade às organizações de provas de pesca de competição. O problema é que não se consegue formar essa comissão executiva porque as pessoas não querem. Que irá promover uma reunião em princípio já dia 22 de dezembro, onde com as associações se irá abordar estas questões de forma a serem encontradas soluções. Que não confia nas comissões por zonas que, chegada à hora, faltam como tem faltado noutras situações.

De seguida foi dada a palavra ao vice-presidente para a área de água doce que disse que as pessoas da Federação são poucas e por isso recorrem às associações que os ajudam e muito bem. Relativamente aos achigãs corrigiu uma afirmação feita, dizendo que não disse que ia mas sim iria fazer um esforço no sentido de ir. Tinha chagado de Itália e tinha que ir depois para uma prova onde estava como juiz e não pode ir. Por isso é que pede ajuda às associações. Que no caso de Penacova, toda a gente sabe que tem de se fazer ajustes e acha que não é preciso estar lá o vice-presidente ou o presidente da federação, já que o juiz arbitro de acordo com os delegados dos clubes, tem todo o poder para decidir e alterar o que for necessário. Que relativamente à prova da segunda divisão, recorreu e muito bem ao Miguel Simões porque é ele o Presidente do Clube de Penacova independentemente de ter ou não idade e saber ou não de organizações. Sendo ele o Presidente do Clube foi a ele que recorreu à falta de qualquer outra alternativa.

De seguida foi dada a palavra ao vice-presidente da área de Mar, que explicou o que efetivamente se passou com o caso da jovem atleta que, segundo ele, não foi como foi contado na Assembleia. O que se passou, foi que em viagem recebeu um telefonema do presidente do Clube da Atleta, a dizer que o nome dela não constava da lista de participantes e que, à pergunta se o Clube a inscreveu, terá obtido a resposta de que sim que a inscrição tinha sido enviada para a Associação. Com base nessa informação, é que autorizou a participação da atleta com o compromisso de a inscrição dar entrada na

Federação até segunda feira seguinte, altura em que se verificou a irregularidade da idade da jovem.

De seguida deu a palavra ao Sr. Vítor Rosa que em resposta ao afirmado pelo presidente da ARBPD, respondeu que era o sócio nº 1003 com muito orgulho e que lembra com muita saudade o campeonato do mundo de 1987 em Coimbra e das pistas que a Associação tinha na altura, em contraposição com a falta delas atualmente, porque a Associação não fez nada para as ter, estando todos os locais de pesca da área da ARBPD dotadas ao abandono. Propôs ainda que futuramente a Federação exija às Associações que indiquem quem é o júri de determinada prova e se publique essa informação de forma a impedir depois que se falte.

Seguida foi dada a palavra ao Delegado Messias que disse estar de acordo com o calendário, mas que conforme conversas com diversos outros pescadores, a seleção de Masters e de Duplas deviam ser apuradas no ano anterior de forma a permitir a recolha de fundos para as deslocações ao estrangeiro. Sugeriu igualmente que fossem sempre indicados locais alternativos para provas do campeonato nacional, de forma a deslocalizar as provas que por qualquer motivo, lixo ou mar, não possam ser realizadas nos locais inicialmente previstos.

De seguida foi dada a palavra ao senhor Serafim que sugeriu uma parceria com uma ou mais universidades no sentido de ser trabalhada a área da comunicação e imagem. Relativamente às comissões executivas para elaboração de calendários lembrou o que se passava há 40 anos, em que as comissões técnicas das associações eram chamadas a participar nessa elaboração.

De seguida foi dada a palavra ao Delegado Santana que disse ter duas questões. Uma sobre a taça de Masters, que considera que só com duas provas é muito pouco para decidir uma seleção para o mundial. Que a manter-se o nome de Taça, o ideal seria quatro provas em dias seguidos ou alternados. A segunda questão é passar as taças de duplas e masters para campeonatos e, obrigatoriamente, passarem pelos regionais das associações. Sugeriu depois a correção de um erro no regulamento de provas de mar, que diz que no regional de duplas, a dupla tem de ser obrigatoriamente do mesmo clube contrário ao critério para o nacional, que diz que a dupla pode ser constituída por pescadores de clubes diferentes. Transmitiu depois a queixa dos atletas que participara no mundial de duplas pela falta de um capitão. Sugeriu de seguida que fosse feita formação gratuita de juizes.

Quanto às organizações de provas, não vê inconveniente nenhum em que a federação delegue através da Associação num clube da Associação que tenha capacidade para fazer a prova. Depois reformulou a ideia do Célio sobre os coletes e a sua utilização em provas. De seguida foi dada a palavra ao Delegado Ranholas que disse discordar da opinião do Delegado Santana porque acha que no campeonato de duplas, os atletas devem ser mesmo do mesmo clube. De seguida lembrou uma situação que se passa com os Masters que obriga a iniciar nos regionais quando passam de masters a veteranos.

Para responder foi dada a palavra ao Presidente da Direção que disse que relativamente à água doce, antigamente havia uma divisão de Masters que comportava veteranos. Agora com a divisão de veteranos e Masters criou-se uma nova seleção. Numa anterior assembleia realizada no Jamor, ficou decidido que em termos de apoios, seria de apoiar a seleção de veteranos que eram os mais velhos e além disso quando a separação foi operada, a seleção que existia era de veteranos e devia continuar a ser esta a ser apoiada. Informou de seguida que há um senhor da Associação do Norte de nome Márcio Coelho, que continua a dizer o piorio do Presidente da Federação, apelidando-o de incompetente, ascoroso e que não tem capacidade para estar nesse lugar de Presidente. Em relação a este filiado, para além dos emails críticos e ofensivos que endereça à FPPD e como se não bastasse, envia uma exposição com o mesmo teor ao IPDJ.

O Presidente Carlos Baptista, esclarece ainda, que o que o filiado em questão quis acusar é precisamente o contrário do que esta Direção fez. Passando a relatar situações que aconteceram e que fizeram com que se modificasse radicalmente o artigo ao Regime Especial de Suspensão para campeonatos, questionando a Assembleia se estão ou não recordados do que se passou com um determinado filiado que apresentou uma declaração médica em como estava psicologicamente muito abalado para a prática da pesca desportiva, completamente incapaz de participar em provas, etc.,etc.,etc., porque lhe tinha falecido um avô, ao qual a FPPD com base nessa declaração médica concedeu-lhe o Regime Especial de Suspensão para ao fim de dois ou três meses este indivíduo mudar de clube e pedir à FPPD para lhe ser levantado o Regime Especial porque já estava bom. Portanto para evitar estes e muitos outros casos muito duvidosos é que esta Direção acabou com a atribuição do Regime Especial de Suspensão para estas situações.

Face a esta questão levantada por Carlos Baptista a Assembleia manifestou-se no sentido afirmativo de ter conhecimento efetivo desta situação e de muitas outras.

Ora, a exposição de Márcio Coelho ao IPDJ, é um embuste prejudicando a imagem da Direção do Presidente e da FPPD perante a tutela, porque diz rigorosamente o contrário,

afirmando que esta Direção e o seu Presidente estão em conluio com estas ações condenáveis e que apoiam estas atitudes.

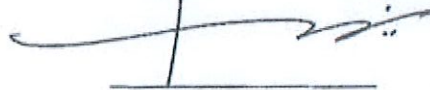
Informou que inexplicavelmente o IPDJ pediu explicações à Federação que, não obstante não concordar com a intromissão nos assuntos internos da Federação, já respondeu e, relativamente ao atleta, informou que a questão será resolvida nas instâncias legais.

De seguida foi dada a palavra ao vice-presidente da área de mar que explicou à assembleia a forma como se chegou ao número 64 no número de participantes na terceira divisão de mar. Que o que se questiona é se foi ou não votada a proposta e na dúvida ficou encarregado o senhor vice-presidente de averiguar se houve ou não a votação.

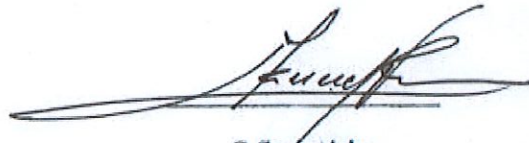
De seguida e em complemento o Presidente da Direção esclareceu que o número e a forma como foi entendido era de 64, mas se for preferível 72, não haverá inconveniente nenhum em aumentá-lo.

Por último o Presidente da Mesa da Assembleia Geral aferiu de que não havia mais inscrições para a sessão, agradeceu uma vez mais a presença dos Delegados e desejando boas festas a todos e um bom regresso, deu por encerrada a Assembleia Geral as 13h30, e da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada.

O Presidente



O Secretário



O Secretário

